

ATA DE REUNIÃO DO SISTEMA e-GESTÃO - TRT 6ª REGIÃO

Número: 01/2018

Data: 05/02/2018

■ **Participantes:** Desembargadora Dione Nunes Furtado da Silva - Corregedora e Coordenadora do Grupo Gestor Regional do Sistema e-Gestão; Desembargador Fábio André de Farias - Coordenador do Grupo Gestor Regional do PJe; Juiz Gilvanildo de Araújo Lima - Juiz Auxiliar da Corregedoria; Juiz Saulo Bosco Souza de Medeiros - Juiz Auxiliar da Presidência; Paulo César Martins Rabelo - Diretor da Secretaria da 4ª Turma; Maria Terezinha Pimentel de Souza - Chefe do Núcleo de Estatística e Pesquisa; Everaldo Arcelino de Macedo - Chefe da Seção Negocial dos Sistemas PJe e e-Gestão; Alessandro Alcides de Souza - Chefe de Gabinete da Presidência; José Alberto Viana - Diretor de Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Paulista; Antônio Castilhos Pedrosa - Chefe da Seção de Apoio ao 1º grau; Márcio André de Farias - Diretor de Secretaria da 3ª Vara do Recife; Regina Maria Menezes Leite - Diretora de Secretaria da 17ª Vara do Recife; Anderson de Souza Andrade - Chefe da Seção de Análise e Especificação de Sistemas STI e Wilma Lúcia Silva - Chefe do Núcleo de Precatórios.

■ **Objetivo:** Acompanhar o Sistema e-GESTÃO

■ Pontos relevantes abordados:

Iniciada a reunião, na Sala de Sessão das Turmas, presidida pela Exma. Sra. Desembargadora Dione Nunes Furtado da Silva, Coordenadora do Grupo Gestor Regional do e-Gestão, foram apresentadas as seguintes demandas:

1) O Chefe de Gabinete da Presidência, Alessandro Alcides, inicia o primeiro item da pauta informando sobre a situação da aprovação das remessas do e-Gestão relativas ao ano de 2017. Atualmente, estão aprovadas as remessas de janeiro a outubro de 2017 para o 1º grau, bem como de janeiro a setembro para o 2º grau. O Chefe de Gabinete também informou que as correções já foram realizadas, restando apenas o envio dessas remessas para fins de aprovação até o dia 09/02/2018, respeitando assim o prazo limite que é o dia 28/02/2018;

2) Em relação a adoção de uma nova estratégia para operacionalização do CLE (Cadastro de Liquidação e Execução) foi apresentada a ferramenta SISCLE, oriunda do TRT 5ª Região/BA e já adaptada para o nosso Regional. Em seguida foram apresentadas as questões técnicas e suas implicações. A principal inovação é que no SISCLE não há a digitalização de peças e sim apenas a conversão do meio processual passando do físico para o eletrônico;

3) A Chefe do Núcleo de Estatística e Pesquisa, Terezinha Pimentel, apresenta a situação dos lançamentos realizados no sistema de RPV, de estados e municípios, em relação aos processos físicos. Informa que embora o sistema tenha alimentado o e-Gestão de informações que até então estavam zeradas, ainda carece de alguns ajustes, tendo em vista que alguns parâmetros não foram informados corretamente. De qualquer forma, informa a Chefe do Núcleo, o sistema e-Gestão passou a ser carregado com informações de RPV a partir de dezembro de 2017, atendendo a uma recomendação registrada na ata da última correção ordinária do TST;

4) Em seguida, a Chefe do Núcleo de Estatística informa que foram observados erros nos relatórios do e-Gestão no que se refere às audiências realizadas por magistrados. Essas inconsistências foram observadas principalmente nos meses de novembro e dezembro de 2017. Verificou-se que a correção dessa inconsistência está sendo efetivada após a instalação do novo extrator de dados do Pje que corrigiu esse problema;

5) Dando continuidade, foi apresentado um quadro evolutivo dos dados dos processos baixados no 1º grau, onde observa-se o reflexo positivo no saldo desses processos após os trabalhos de orientação do correto lançamento de baixa junto às varas. Com isso, a produtividade passou de 101%, em 2016, para 103% em 2017, na fase de conhecimento, índice considerado de suma importância no cálculo do IPCJus que irá fomentar positivamente para o *resgate* do selo diamante. Já em relação à fase de execução, informou que o índice dos processos baixados aumentou de 104% em 2016 para 122% em 2017;

6) Em seguida, informou o saldo dos processos pendentes de baixa, destacando que no conhecimento esse saldo é de 4.974 para o legado e de 98.583 no Pje, totalizando um saldo de 103.557 processos pendentes de baixa em 31.12.2017;

7) O bom desempenho do 1º grau também foi percebido na instância revisora do TRT6, que encerrou o exercício de 2017 com um índice de baixados sobre distribuídos de 102%, considerado um bom desempenho quando comparado com o ano de 2016, quando esse mesmo índice alcançou apenas 88%. No cômputo geral, a produtividade global de ambas as instâncias já supera o patamar de 107% para o exercício de 2017;

8) Já em relação à arrecadação no 1º grau, observou-se um crescimento de 86% no ano de 2017 quando comparado a 2016, considerando todos os itens que compõem esse tema. Mais uma vez enfatizou o resultado das ações implementadas pelo comitê junto às unidades de 1º grau, no que diz respeito à capacitação dos servidores para o correto lançamento dos valores no Pje. A arrecadação do 2º grau em 2017 obteve um surpreendente aumento de 218%, quando comparado ao ano de 2016;

9) Por fim, informou a repercussão da reforma trabalhista na demanda processual e foi verificado uma queda de demanda de cerca de 50%, quando comparado janeiro de 2018 ao mesmo período do ano anterior;

10) O Chefe da Seção Negocial do Pje e e-Gestão, Everaldo Arcelino, informa a necessidade de intervenção nos processos onde constam recursos ordinários pendentes de admissibilidade no 1º grau e recursos de revistas pendentes no 2º grau;

11) Dando continuidade, foi informado, também, a entrega do programa de verificação das sentenças com prazo vencido em 30 e 60 dias, bem como o de verificação das decisões dos incidentes processuais dentro e fora do prazo.

12) Por fim, informa as inconsistências apresentadas nos itens 92159 e 92160 (Processos no prazo com o Relator e no prazo vencido) verificadas após a implantação do CEJUSC 2º grau. Ao enviar o processo para o CEJUSC o prazo processual para aposição de vistos pelo relator continua sendo contabilizado. Ao retornar para o gabinete não há reinício de contagem do prazo, ficando este processo sem controle de prazo.

Foram deliberadas e definidas as seguintes ações a serem realizadas pelo Grupo- Gestor:

1) Ficou estabelecido que até a próxima reunião desse comitê, a ser realizada no início do mês de março de 2018, a equipe de TI irá finalizar os ajustes necessários da ferramenta de conversão de processos SISCLE. Em seguida deverá haver um parecer da área de negócio sobre os possíveis impactos estatísticos causados no e-Gestão. A princípio, foi sugerida a 5ª Vara do Recife, para fazer os testes iniciais da ferramenta. No entanto, somente após a realização desses ajustes é que será estipulado um cronograma de implantação desse sistema nas unidades do TRT6;

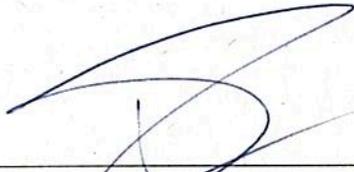
2) Estudar o motivo pelo qual os demais processos que foram lançados RPV não apareceram no sistema e-Gestão;

3) A Corregedoria enviará ofício com a listagem dos processos pendentes de admissibilidade à Vice-Presidência, solicitando a análise das inconsistências com prazo sugerido para resposta de 30 dias;

4) Cancelar o cronograma de retificação dos incidentes processuais estabelecido na ata de reunião de 11.12.2017, prorrogando o início dos trabalhos de correção dos embargos de declaração pendentes, antes previsto para iniciar em 20 de fevereiro, passando a iniciar a partir do dia 05 de março, com previsão de finalização em 05 de abril de 2018.

5) Comunicar à administração sobre o problema relatado no item 12 (doze), onde os processos que são encaminhados ao SEJUSC 2º grau há a suspensão do prazo dos itens 92159 e 92160, permanecendo sem controle ao retornar ao gabinete. Realizar acompanhamento desse rol de processos.

Finalizando a reunião, a Exma. Sra. Desembargadora Dione Nunes Furtado da Silva abriu a pauta para questionamento dos presentes, sem nada mais a ser deliberado, agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião.


DIONE NUNES FURTADO DA SILVA
Desembargadora
Coordenadora do Grupo Gestor do e-Gestão


FÁBIO ANDRÉ DE FARIAS
Desembargador
Coordenador do Grupo Gestor do PJe